

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1106/2022

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003</a> , para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a <a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019</a> , para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e <b>autorizar</b> , de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.	“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social <b>e do Benefício de Prestação Continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</b> , poderão autorizar <b>que</b> o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS <b>proceda</b> aos descontos referidos no art. 1º e <b>^</b> , de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam os seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, <b>na forma estabelecida</b> em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS <b>e ouvido o Conselho Nacional de Previdência Social</b> . .....
§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no caput não poderão ultrapassar o limite de <b>35% (trinta e cinco por cento)</b> do valor dos benefícios, <b>sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:</b>	§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no caput não poderão ultrapassar o limite de <b>^ quarenta</b> por cento <sup>^</sup> do valor dos benefícios <sup>^</sup> .
I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou	
II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.	
	§ 5º-A Até cinco por cento do limite de que trata o § 5º poderá ser destinado à:
	I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou cartão consignado de benefício; ou
	II - utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito ou cartão consignado de benefício. .....” (NR)

# Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1106/2022

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	“Art. 6º-B Os beneficiários de programas federais de transferência de renda poderão autorizar a União a proceder aos descontos em seu benefício, de forma irrevogável e irretratável, em favor de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para fins de amortização de valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos e financiamentos, até o limite de quarenta por cento do valor do benefício, na forma estabelecida em regulamento.
	Parágrafo único. A responsabilidade pelo pagamento dos créditos de que trata o caput será direta e exclusiva do beneficiário e a União não poderá ser responsabilizada, ainda que subsidiariamente, em qualquer hipótese.” (NR)
<a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a>	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 36. Os valores creditados indevidamente em razão de óbito, em favor de pessoa natural falecida, em instituições integrantes do sistema financeiro nacional por pessoa jurídica de direito público interno deverão ser restituídos.	“Art. 36. <b>Serão</b> restituídos:
	I - os valores creditados indevidamente em favor de pessoa natural falecida, em instituições integrantes do sistema financeiro nacional, por pessoa jurídica de direito público interno; e
	II - os descontos realizados após o óbito do titular financeiro de benefício em decorrência de empréstimo consignado ou cartão de crédito consignado.
§ 1º O disposto no caput deste artigo:	§ 1º .....
III - não se aplica aos benefícios do Programa Bolsa Família, de que trata a <a href="#">Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004</a> ; e	III - não se aplica aos valores financeiros recebidos pela família relativos aos benefícios do Programa Auxílio Brasil de que trata a <a href="#">Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021</a> ; e .....” (NR)
<a href="#">Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003</a>	<b>Art. 3º</b> Ficam revogados os incisos I e II do § 5º do art. 6º da <a href="#">Lei nº 10.820, de 2003</a> .

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1106/2022

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada de que trata o <a href="#">art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</a>, poderão autorizar que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS proceda aos descontos referidos no art. 1º e, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam os seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, na forma estabelecida em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS e ouvido o Conselho Nacional de Previdência Social.</p> <p>(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.106, de 2022)</p> <p>.....</p> <p>..</p>	
<p>§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no caput não poderão ultrapassar o limite de quarenta por cento do valor dos benefícios.</p> <p>(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.106, de 2022)</p>	
I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou	
II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.	
	<p><b>Art. 4º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.</p>